



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 15374.973316/2009-98  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** **3201-000.497 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**  
**Data** 16 de setembro de 2014  
**Assunto** CIDE  
**Recorrente** GUY CARPENTER & COMPANY CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

JOEL MIYAZAKI - Presidente.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

DANIEL MARIZ GUDIÑO - Relator.

EDITADO EM: 07/11/2014

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Joel Miyazaki, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Daniel Mariz Gudiño, Winderley Moraes Pereira e Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto e Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo.

Erro! A origem da referência não foi encontrada.

Fls. 172

## Relatório

Por bem descrever os fatos ocorridos até o julgamento da instância *a quo*, transcreve-se abaixo o relatório do acórdão recorrido, seguido da sua ementa e das razões recursais:

*Trata-se de DCOMP Eletrônica nº 03633.16443.210109.1.3.04-2383, onde a interessada declara, resumidamente, a compensação utilizando o seguinte crédito:*

*Crédito – Pagamento Indevido ou a Maior de CIDE*

*Data de Arrecadação : 12/11/2008*

*Valor Original do Crédito Inicial : R\$ 20.993,97*

*Crédito Original da Data da Transmissão : R\$ 17.469,27*

*Total do Crédito Original Utilizado nesta DCOMP: R\$ 15.248,49*

*O crédito teria origem no DARF recolhido em 12/11/2008, de CIDE (código 8741), no valor de R\$ 20.993,97, e já teria sido informado na DCOMP inicial de nº 41848.07165.051208.1.3.04-2874.*

*A DCOMP foi analisada em procedimentos informatizados, resultando em NÃO HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. De acordo com o Despacho Decisório de fls. 09, nº de rastreamento 848603333, o julgamento teve a seguinte fundamentação:*

*“Limite do crédito analisado, correspondente ao valor do crédito original na data de transmissão informado no PER/DCOMP: R\$ 17.469,27.*

*A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima Identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos Informados no PER/DCOMP”*

*Ainda segundo o Despacho Decisório, o DARF estaria totalmente utilizado para liquidar débito de CIDE, código 8741, do PA 30/11/2008, no valor de R\$ 20.993,97.*

*Enquadramento Legal: art. 165 e 170 do CTN, art. 74 da Lei nº 9.430/96.*

*A ciência do Despacho Decisório ocorreu em 20/10/2009, fls. 08.*

*Inconformada, a interessada apresentou manifestação de inconformidade em 13/11/2009, fls. 11/12, alegando:*

*- a empresa fez uma remessa ao exterior e o imposto devido a título de CIDE seria de R\$ 17.844,88, que foi retido pelo HSBC Banck Brasil S/A – Banco Múltiplo – agência 2472.*

- no mesmo dia (12/11/2008), recolheu imposto calculado errado, no valor de R\$ 20.993,97.

- fez 2 (dois) pagamentos para o mesmo débito, reconhecendo como correto o valor de R\$ 17.844,88, usando como crédito em DCOMP o valor de R\$ 20.993,97.

- errou na DCTF pois informou como devido o valor de R\$ 20.993,97, sendo que já retificou a declaração, lançando o valor correto.

- o crédito existe de fato.

A instância *a quo* julgou improcedente a manifestação de inconformidade nos termos do já citado acórdão, que restou assim ementado:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE*

*Data do fato gerador: 12/11/2008*

*COMPENSAÇÃO NÃO - HOMOLOGAÇÃO.*

*A falta de comprovação do direito líquido e certo, requisito necessário para compensação, conforme o previsto no art. 170 da Lei nº 5.172/66 do Código Tributário Nacional, acarreta o indeferimento do pedido e a não-homologação da compensação.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

*Direito Creditório Não Reconhecido*

Novamente inconformada com o resultado do julgamento, a Recorrente interpôs recurso voluntário tempestivamente, reiterando, em suma, os argumentos suscitados em sua defesa original. Como novidade, trouxe aos autos cópia do contrato de câmbio, que, segundo informou, demonstraria a real base de cálculo da CIDE recolhida a maior.

O processo foi distribuído e sorteado a este Conselheiro, seguindo o rito regimental.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro Daniel Mariz Gudiño

O recurso voluntário atende os pressupostos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235, de 1972, e alterações posteriores, razão pela qual deve ser conhecido.

Conforme se depreende do relatório, o núcleo do presente contencioso cinge-se aos efeitos do procedimento adotado pela Recorrente no sentido de retificar a sua DCTF para legitimar o crédito informado em DCOMP pretérita.



*ÔNUS DA PROVA. Constatada a inexistência do direito creditório por meio de informações prestadas pelo interessado à época da transmissão da Declaração de Compensação, cabe a este o ônus de comprovar que o crédito pretendido já existia naquela ocasião.*

*(Acórdão nº 3302-002.124, Rel. Cons. Alexandre Gomes, Sessão de 22/05/2013)*

Ao que tudo indica nos autos, a Recorrente fez prova de que o crédito alegado existe. Logo, em homenagem ao princípio da verdade material, as provas devem ser admitidas no julgamento deste CARF. Nesse particular, transcreve-se a ementa de um interessante julgado, a saber:

*ERRO FORMAL PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL PREVALÊNCIA. Embora a DCTF seja o documento válido para constituir o crédito tributário, se o contribuinte demonstra que as informações nela constantes estão erradas, pois foram por ele prestadas equivocadamente, deve ser observado o princípio da verdade material, afastando quaisquer atos da autoridade fiscal que tenham se baseado em informações equivocadas. DCTF COM INFORMAÇÕES ERRADAS TRIBUTO PAGO INDEVIDAMENTE CRÉDITO EXISTENTE HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. O PIS apurado e recolhido sob a sistemática cumulativa, quando o contribuinte submetia-se a não cumulatividade, em competência cujo saldo de PIS a pagar, segundo esta sistemática, foi zero, consubstancia-se em recolhimento indevido. Crédito apto a ser utilizado em compensação, cuja homologação deve ser reconhecida.*

*(Acórdão nº 3302-001.212, Rel. Cons. Fabíola Cassiano Keramidas, Sessão de 01/09/2011)*

Superado, então, o entendimento de que a Recorrente não poderia juntar provas em fase recursal nem retificar a sua DCTF em momento posterior ao despacho decisório, proponho a conversão do presente julgamento em diligência para que a Delegacia da Receita Federal de Fiscalização de Rio de Janeiro/RJ para que confirme, ou não, se as alegações da Recorrente estão lastreadas em sua escrita contábil e fiscal, considerando todo o suporte documental constante dos autos.

Concluída a diligência, a Recorrente deverá ser intimada para, querendo, manifestar-se acerca do termo de conclusão de diligência no prazo de 30 (trinta) dias. Em seguida, a Procuradoria da Fazenda Nacional deverá ser intimada para os mesmos fins no mesmo prazo.

Após o decurso desses prazos, o processo deverá retornar para o CARF para que o julgamento seja retomado por este Conselheiro ou quem lhe fizer as vezes.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Daniel Mariz Gudiño - Relator